

OLAVO EGYDIO SETUBAL

Excelentíssimo Senhor Presidente desta sessão, eminente Gustavo Krause, ex-Prefeito desta Cidade quando eu, na mesma época, dirigia a Cidade de São Paulo;

Excelentíssimo Dr. Gilberto Freyre, filho ilustre de Pernambuco e uma das figuras de que o Brasil se orgulha pela capacidade de análise de sua história e de sua sociologia;

Excelentíssimos Senador Marcos Freire, Deputado Fernando Coelho, Dr. Edson Nery da Fonseca e Dr. Antonio Baltar, debatedores que muito me honram em discutir as idéias que ora pretendo apresentar;

Senhores deputados, senhores representantes das autoridades aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores.

Havia pedido ao Dr. Gilberto Freyre para falar depois de todos se manifestarem, com o objetivo de concentrar as oportunas críticas e os interessantes comentários em torno de três a quatro temas, a fim de aprofundar nossas discussões.

O primeiro desses temas, levantado pelo Senador Marcos Freire, pelo Deputado Fernando Coelho e pelo Dr. Antonio Baltar, diz respeito à questão de nossa inserção no Primeiro e no Terceiro Mundo. Disse, em minha palestra, que o Brasil não podia alinhar-se automaticamente ao Terceiro Mundo. O que desejei enfatizar é que deveríamos ter, no Primeiro Mundo, nosso grande objetivo. O risco de uma aliança imediata no Terceiro Mundo é a socialização da miséria, isto é, o nivelamento por baixo e a condenação ao sub-desenvolvimento tecnológico. A meta que convém ao Brasil é o modelo de desenvolvimento do Primeiro Mundo; obviamente, quando chegarmos ao atual estágio das nações avançadas, estas, por sua vez, estarão ainda mais desenvolvidas do que hoje. Mas o que importa é que saibamos acompanhar essa evolução, corrigindo as distâncias.

Por isso, não vejo condições de nos alinharmos automaticamente ao Primeiro Mundo no sentido de uma dependência total, motivo pelo qual, quando falei do problema da negociação da dívida, em minha palestra, talvez não tenha precisado bem minha idéia. A meu ver, o Brasil deve tomar apenas por objetivo o Primeiro Mundo - o que, evidentemente, deve exigir o esforço de um grande número de gerações para se chegar lá. Não se pode desprezar o capitalismo avançado como o fazem aqueles que o denunciam como ideologia espúria. As nações ricas têm mostrado que o capitalismo não precisa ser iníquo para funcionar bem. Ele tem condições de propiciar, para nós, desenvolvimento econômico, desenvolvimento político e desenvolvimento social, num futuro razoavelmente visível.

Não posso, todavia, deixar de reconhecer que o Primeiro Mundo tem graves problemas e deficiências. No entanto, e apesar dessas limitações por vocês conhecidas, não há como se hesitar diante da alternativa miséria x riqueza. Subjacente a essa alternativa temos uma outra, esta entre dois sistemas econômicos nítidos: o sistema capitalista, no qual se destaca a iniciativa privada, e o sistema de economia socialista centralizada. Não deixa de ser curioso que há mais países de Terceiro Mundo com economia aberta em franco progresso, do que países com economia centralizada saindo rapidamente da crise - os sistemas abertos, vocês sabem, são mais flexíveis e criam condições para uma adaptação mais rápida às mudanças. É por isso que a integração automática ao Terceiro Mundo é complicada: como conciliar harmoniosamente sistemas econômicos estruturalmente opostos? Assim, se hoje há um certo alinhamento no Terceiro Mundo, ele é transitório; e, sendo um alinhamento transitório, ele tem de caminhar para uma certa definição. Evidentemente, a Carta de Argel sugere que a aliança de nações pobres do Terceiro Mundo caminhará, num dado momento, para o mundo socialista desenvolvido.

Portanto, coerente com a minha posição doutrinária, defendo uma posição em que o objetivo seja chegar ao Primeiro Mundo, embora reconheça ser utópico imaginar quando e como nós, brasileiros, teremos uma situação igual, por exemplo, à da Suécia. Enfim, o Terceiro Mundo é uma situação de fato, não um prêmio nem uma condenação histórica. Chegaremos ao bem-estar se tivermos competência - não será por mero convite ou recompensa por bom comportamento que vamos chegar lá. Dentro dessa visão, teremos de conquistar essa "situação" de desenvolvimento generalizado que hoje se caracteriza sob rótulo vago e ambíguo de Primeiro Mundo. Para conquistar isso, do ponto de vista da negociação da dívida, teremos de não subestimar, como no caso da Argentina, o poderio do mundo desenvolvido, quer no plano militar, quer no plano financeiro, caminhando irresponsavelmente para um confronto. Nesse caso, se rompermos com o Pri

meiro Mundo, acabaremos, quando muito, numa aliança de pobres incapaz de superar a própria pobreza. Daí a importância de sabermos negociar nossa dívida externa - um problema atualmente muito grave para o Brasil, face suas dimensões econômicas e políticas.

Dois exemplos ilustram meu ponto de vista a respeito desse tema. Quando a Alemanha hitlerista bombardeou a capital da Inglaterra, ela não visou as fábricas de Londres, quase não atingiu seu Porto e de certo modo poupou as áreas residenciais. Bombardeou, isto sim, o centro financeiro de Londres. Quem foi destruído pela Força Aérea Alemã, foi a City, isto é, o coração financeiro do país. De modo que, se numa guerra, a destruição do centro financeiro do adversário era a prioridade da Alemanha justamente pelo que ele representava, podemos então imaginar que os centros financeiros do mundo dificilmente irão abrir mão tão facilmente das suas vantagens, prerrogativas e poderio. Daí a irresponsabilidade de opiniões a favor da moratória pura e simples, como se tal rompante não provocasse uma forte reação contrária. O segundo exemplo é o seguinte: quando o Irã tomou como reféns os funcionários da Embaixada Americana, os Estados Unidos procuraram negociar, ameaçar e intimidar, fazendo até mesmo uma tentativa de processo de comando, fracassando em tudo. A partir daí restou uma única atitude: a de bloquear o dinheiro dos iranianos nos Bancos americanos. Somente após 7 a 8 meses de bloqueio do dinheiro iraniano nos Bancos americanos é que o Irã largou os reféns e indenizou as empresas americanas que haviam perdido contratos por não poder operar no mundo sem dólar. Portanto, estou dando exemplos extremos do problema da negociação da dívida, apenas para demonstrar que todo e qualquer Governo precisa ser responsável ao enfrentar esse problema.

A outra alternativa, como todos sabem, seria adotar uma posição radical: romper de vez com o Primeiro Mundo, aliar-se ao Terceiro Mundo e adotar revolucionariamente um outro tipo de posição - a mesma posição que qualquer livro sobre a economia russa registra no começo da história da implantação socialista soviética, quando o país estava profundamente endividado, principalmente junto à França. Esta, como se sabe, durante muito tempo, paradoxalmente, preferiu emprestar à Rússia do que aos Estados Unidos sob a alegação de que preferia financiar um sólido trono a uma democracia turbulenta. (Isto consta do considerandos de um Ministro da Fazenda da França no século passado). A URSS tentou criar uma economia isolada. Pagou o preço por esse equívoco a um custo econômico e social elevado, mas montou outro sistema. Minha dúvida é quanto à validade desse sistema, tamanho o seu ônus sócio-econômico e sua discutível legitimidade política.

O que procurei enfatizar, em minha análise, é o realismo em matéria de política econômica. Tudo que procurei mostrar, nesta palestra, é que o novo governo precisa equacionar os pontos críticos com os pés no chão. Se o novo governo pretende enfrentar os problemas dentro de uma linha retórica, ou dentro de uma avaliação equivocada de correlação de forças, ele ou cai, ou, então, é esmagado, ou, por fim, leva o Brasil a uma posição de incerteza. Em suma: foi dentro desse enfoque que trouxe o problema do Primeiro e do Terceiro Mundo.

Passo agora a um segundo tema levantado pelos debatedores, relativo aos problemas norte-sul e leste-oeste. Eu diria que, hoje, o mundo é governado pelo conflito leste-oeste, embora o Brasil viva dentro das consequências do conflito norte-sul. Estou de pleno acordo com Celso Furtado, quando debatíamos uma questão semelhante no CEBRAP-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em São Paulo, onde ele dizia que o mundo encontra-se constituído por dois sistemas básicos econômicos. Um, o

sistema socialista; outro, o sistema capitalista, do qual se destaca uma liderança militar em torno do qual se alicerçam os dois sistemas básicos com alguns subsistemas, o subsistema europeu, o subsistema asiático, o subsistema chinês, etc. Esta é de fato, a realidade do poder mundial. Não podemos fugir dela. Meu receio é o de que nos distanciemos ainda mais dela, à medida que não conseguimos aproximar-nos dos países mais poderosos - pelo contrário, estamos nos afastando, não politicamente, mas econômica e tecnologicamente. No começo do século, a relação entre riqueza da América Latina e dos países desenvolvidos era de 1 para 4, ou uma coisa assim; hoje, é de 1 para 10.

Quanto ao terceiro tema, relativo ao problema salarial, o Dr. Fernando Coelho disse que não poderíamos permitir a diminuição de salário. Meu ponto de vista é o seguinte: no dia em que os árabes aumentaram o preço do petróleo, sem entrar na consideração das causas, origem e justiça, eles decretaram um imposto sobre o Brasil. Naquele dia, todos ficamos mais pobres - e se alguém não ficou mais pobre, é porque um outro ficou mais ainda. Foi um imposto que foi decretado sobre nós, países importadores de petróleo. No entanto, como se não bastasse esse imposto ainda, nos demos ao luxo de tomar emprestados os petrodólares. A verdade é que não ficou claro, durante algum tempo, o impacto desse imposto sobre nós, pois tomávamos empréstimos dos excedentes da OPEP acumulados às nossas custas. Em outras palavras, tínhamos o imposto, que era o preço do petróleo e ainda nos endividamos com os créditos daqueles que decretaram este imposto contra nós, via sistema monetário internacional. Afinal, o dinheiro dos Bancos americanos não é propriedade deles, pelo contrário, são apenas nossos avalistas diante dos países árabes que fizeram depósitos com eles. Com essas duas fontes, fomos vivendo sem diminuirmos o salário de ninguém - até que, num dia, em 1982, o povo brasileiro percebeu a armadilha. Ficamos mais pobres seja porque

tínhamos o imposto a pagar, pois com o aumento do petróleo o custo dos preços internacionais nos foi desfavorável direta e indiretamente, seja porque os produtos dos países desenvolvidos passaram a ser mais caros. Tal mecanismo empobreceu o país. Além do mais, o nosso crédito já tinha acabado. Mesmo porque tínhamos não só de pagar as dívidas adiadas, mas, ainda, de enfrentar uma realidade mais violenta. O que houve naquele momento, portanto, foi nossa hesitação quanto à decisão de iniciar um processo de reajuste. Lembremo-nos da famosa frase do Presidente Geisel: "Num mundo de turbulência, de tempestade nós somos uma ilha de tranquilidade". Na verdade, essa ilha de tranquilidade fora montada artificialmente, e daí em diante, conseguimos viver até o dia em que as muralhas da ilha foram derrubadas pela tempestade. Caímos então, na realidade, como todos os países em desenvolvimento do mundo. Foi um despertar atrasado e, por isso, sofrido.

Com relação à política salarial, queria só enfatizar o problema do ritmo de reajuste do passado. Houve um determinado nível salarial num determinado momento, no início da década de 70. Depois, por razões fora do nosso controle, houve uma diminuição do valor real da riqueza brasileira, dentro desse mecanismo internacional. Hoje, embora haja um desejo nacional de que tudo isso volte rapidamente ao mesmo nível, tal possibilidade é difícil. No mundo internacional, vemos dois exemplos interessantes. Um é o da Argentina, onde o Presidente Alfonsín aumentou os salários acima da inflação durante 6 meses. Já nos últimos dois meses ele passou a aumentar abaixo da inflação porque não pode aguentar mais. Os jornais nos estão dando conta de que, em junho, a taxa de inflação teria chegado próximo dos 600%. Outro exemplo curioso é o da Nicarágua: seu ministro da Fazenda deu uma recente entrevista dizendo que não cometeria os erros dos países politicamente pouco maduros. Confessou, claramente, que esses

./.

governos pretendiam sustentar-se dando aumentos de salários imediatos e irreais, o que certamente os levaria à ruptura do próprio sistema que eles estavam procurando equacionar. Tanto que a Nicarágua não deu aumento de salário a ninguém, apesar de contar com dirigentes populistas e pretensamente democráticos. Não sei rotulá-la ao certo, mas ela tem um Governo que parece procurar dar às classes menos favorecidas maior participação nas decisões.

O desafio do nosso Governo está no fato de que ele não pode reduzir só salários; é evidente que a reforma tributária se torna indispensável, tendo-se agora de tributar o capital. Acho isso de uma clareza meridiana. Afinal, não é admissível que um país reduza salários e, ao mesmo tempo, dê o maior rendimento real do capital na história do mundo. Em termos absolutos, isto é uma inconsistência que leva à ruptura. O problema salarial surgiu nessa discussão porque a questão da remuneração do capital é um problema que se expressa numa frase simples: os juros estão altos. Mas o problema, obviamente, é mais complexo, pois envolve não só a dificuldade da taxa de juros, mas, também, as adversidades da queda de investimentos e fuga de capital, a exemplo do que já ocorre com a Argentina. Infelizmente, toda promessa política feita nos últimos tempos tem sido a de aumento de salários. Não ouvi nenhuma promessa de tributação de capital. Pode ser que alguém a queira fazer, mas isso não está só no programa nem nos discursos dos candidatos à presidência da República, nem no discurso das lideranças políticas. É isso que quero enfatizar no programa do realismo que o Governo tem de enfrentar.

Não adianta prometer que vai aumentar salário e ignorar, de outro lado, que é obrigado a majorar, por exemplo, tributação. E não adianta dizer que a sociedade não aguenta mais ter tributação e, ao mesmo tempo, dizer que a sociedade quer um Estado do tamanho



que aí está, pois não se pode reduzir educação, segurança e saúde. Os professores não estão em greve? Os funcionários do INPS também não estão em greve? Quer dizer, se não formos realistas, como vamos fazer? A verdade é que não há uma consciência clara de que o recurso dado para um é tirado do outro, que o crédito dado para um é igualmente extraído do outro. Na medida em que, artificialmente, o Governo veio prometendo aumentar tudo sem tirar nada de ninguém, chegamos aqui a 200% da inflação; seguindo o mesmo passo, a Argentina já chegou a 500%. A inflação é como os tumores malignos, num primeiro momento ela dá a sensação de que se pode acomodar os irrealismos de política econômica.

O fato real é que os Governos que não têm uma visão clara do processo econômico dão com grande facilidade e cobram com grande dificuldade - e essa diferença de velocidade entre o que dão e o que recebem sempre estoura as contas. Ou nas estatais, ou no INPS, ou no resto da administração direta, todo mundo acha justo dar aposentadoria mais cedo por causa disso ou daquilo, uma vantagem para um setor e uma concessão para outro. Por que? Porque o prometer descompromissadamente a realização da "justiça social" é um valor presente em nossa cultura. Uma cultura eminentemente humanista, de fundo profundamente religioso, com raízes na Contra-reforma, no qual inexistente sensibilidade para o econômico. Não somos protestantes, não somos países onde o valor econômico tem importante dimensão; entre nós, o justo tem uma dimensão grande, é certo, mas a verdade é que ele também está camuflado pela tremenda desigualdade aceita com aparente tranquilidade, talvez até decorrente dessas próprias raízes que temos. Dentro desse conceito é que coloquei o problema do salário, ou seja, de que o problema do salário decorre, muitas vezes, das promessas fáceis. Em suma: elevar primeiro o salário para, depois, dizer que se vai melhorar a distribuição da riqueza, conduz à inflação e não aumenta o PIB. É puro irrealismo. Não tive grande preocupação de usar uma linguagem econômica, pois enquadrei a questão dentro de uma visão mais política.

Com relação ao problema do crescimento e desenvolvimento, um tema muito querido da CEPAL, confesso não ser propriamente um teórico da economia, mas um simples administrador vivenciado pelos desafios da prática. Não brigo com os conceitos. Para mim, um crescimento é o crescimento da economia em termos estatísticos sem preocupação de quem está se beneficiando disso, pois ninguém cresce sem alguém estar-se beneficiando. Desenvolvimento seria o crescimento onde haveria uma integração da sociedade. Acho que, em meu discurso político, tenho tido uma grande preocupação quanto ao desenvolvimento, mas sempre consciente de que ele não se dá sem o crescimento.

Um terceiro tema que ainda está aqui para se definir, levantado pelo Dr. Fernando Coelho, é o da reformulação de Bretton Woods. Diria que Bretton Woods não será reformulado porque ele é injusto para nós. Trata-se, na prática, de uma questão de poder. É evidente que tal reforma não se dará apenas porque os países pobres estão em dificuldade. É só olhar hoje para os Estados Unidos, no momento com uma inflação mínima de 4%, com um crescimento econômico de 7% para uma economia com aquela dimensão e com uma situação política estável apesar da campanha sucessória. Por que irão eles mudar Bretton Woods? Sem o apoio dos países europeus, sem o apoio dos Estados Unidos, ninguém vai mudar o sistema de poder internacional que está sendo conveniente para eles no momento. Isto pode estar gerando dificuldade para nós, mas não para eles. A Europa está numa situação razoável, talvez entre em expansão rapidamente; o Japão vai numa situação, se não brilhante, como dez anos atrás, ao menos num ritmo ótimo; e os Estados Unidos atualmente encontram-se numa posição excepcional, logo, eles não vão reformar Bretton Woods - não têm motivos para tanto. Conseqüentemente, teremos de negociar com o mundo desenvolvido nas condições deles, não na nossa, pois esta é, como disse, uma questão de poder. Fazer discursos quixotescos é muito bonito, mas quando nossos Ministros chegam lá fora são recebidos por elementos mais realistas, com outra ótica e com os pés no chão.

Uma informação importante para este debate: todos os que têm tido oportunidade de conversar informalmente com nossos negociadores sabem que eles, em particular, contam que as negociações Governo a Governo foram muito mais difíceis do que aquelas entre Governo brasileiro, Fundo Monetário Internacional e banqueiros. O Clube de Paris, associado à rigidez do Governo inglês, alemão e japonês, tem sido duríssimo com o Governo brasileiro. Mesmo na última visita do Presidente Figueiredo ao exterior, especialmente a de Tóquio, as posições do governo japonês foram muito contundentes; depois é que, por razões de ordem cosmética, aprumaram-se certos números, isto é: certos contratos foram colocados no futuro com certo número de cláusulas restritivas no presente - vamos dar 500 milhões se vocês fizerem isso, mais isso, mais isso, etc. Como podem ver, essas condições não são fáceis. Não foi por acaso que o Presidente Alfonsin está aprendendo, na dura realidade da vida, que a negociação externa é muito mais difícil do que ele tinha pensado na época da campanha.

O último tema que me falta cometar é o problema da honestidade. Talvez eu vá surpreender o auditório: acho que o brasileiro ainda é profundamente honesto. Acho que os casos de desonestidade que hoje afloram não são a regra, são a exceção. Ao longo da minha vida tive inúmeros contatos, com órgãos reguladores, financeiros, industriais etc., e encontrei um imenso número de homens dedicados e honestos; eles podiam ser pouco criativos, podiam ter seus defeitos, é certo, mas a desonestidade é menor do que se fala. Mesmo assim, numa época de crise, numa época de dificuldades políticas, o pouco de desonestidade está levando a fracassos muito grandes. É o caso Coroa-Brastel e outros Capemis da vida que estão explodindo na sua irresponsabilidade e impunidade. Mas, se compararmos tais escândalos com a realidade brasileira, acho que ainda podemos ter profunda esperança de que, em nossa estrutura política e burocrática,

./.

o grau de honestidade se mantenha para que um governo democrático possa construir o futuro do país. Não acredito que hoje seja muito pior que na minha infância. Quando estivemos na 2ª Guerra Mundial - acho que poucos se lembram, e você (Fernando Bezerra) não era nem nascido - havia famosas frases: que coordenar era sinônimo de roubar, porque a coordenação econômica de João Alberto era tida como roubo maior. Quando João Alberto morreu ele não tinha um tostão - a história provou que, em torno dele, havia muito mais de romantismo inconsistente nas suas decisões do que de roubo. Quanto ao Getúlio Vargas de minha infância, muita gente dizia que era o governo mais corrupto do mundo; todavia, julgando-o historicamente, vê-se que não era verdade. Acho que o brasileiro ainda tem uma grande dose de valores morais, razão pela qual as eleições costumam dar resultados razoavelmente conservadores. Acho que a honestidade da população brasileira a leva a votar nos homens em que ela realmente acredita. O número de pessoas que trai, falseia e depois não é reeleito tem sido grande. Posso até assegurar que, conversando com homens do Terceiro Mundo, percebo que o Brasil não é o país mais corrupto nem o país mais desonesto.

OLAVO EGYDIO SETUBAL

(em aparte a Dr. Gilberto Freyre)

Concordo com o Sr. de que a impunidade é o drama. Conversando, certa vez, com um embaixador europeu, ele me disse: "-A grande diferença entre o Brasil e meu país é que as mesmas irregularidades acontecem, só que lá nós colocamos mais depressa na cadeia, vocês não."